

35º Encontro Anual da Anpocs
Caxambu (MG) 24-28/10/2011

GT16 - Grupos dirigentes e estruturas de poder

Texto: Os escândalos políticos no Brasil recente:
1196-1 dinâmicas culturais e sociais e efeitos na
reprodução e recomposição das elites
contemporâneas

Roberto Grün (DEP; NESEFI/UFSCar)

Palavras-chave: Sociologia dos debates; sociologia econômica; sociologia política; mensalão; escândalos

Resumo: Segundo a Wikipédia, o Brasil passou por 97 escândalos políticos e financeiros na década de 1990. Na primeira década do novo século, ela registra 125 eventos “dessa natureza”. Essa catalogação parece comprovar a crença popular de que “o Brasil não tem jeito”. Num primeiro momento, poderíamos coonestar o dito popular, segundo o qual, “o Brasil é um escândalo”. Numa segunda reflexão menos conjuntural e menos sangüínea, talvez seja interessante invocar a sociologia para complicar um pouco o senso comum. Nesse sentido, a tarefa é mostrar que os escândalos podem ser alguma coisa maior e mais complexa do que a simples manifestação de descalabros. Nessa linha, sugiro que os escândalos podem ser utilmente tratados como uma forma de ação, de controle e também, por vezes, um mecanismo de mudança social. Através dos escândalos, a sociedade abandona, reitera, altera ou cria normas de convívio e de legitimação.

Introdução temática

Segundo a Wikipédia, o Brasil passou por 97 escândalos políticos e financeiros na década de 1990. Na primeira década do novo século, ela registra 125 eventos “dessa natureza”¹. Essa catalogação parece comprovar a crença popular de que “o Brasil não tem jeito”. Um exercício sociológico talvez ajude a discutir essa crença arraigada, qualificá-la numa perspectiva analítica e, Oxalá, ajudar a sociedade a controlar os seus efeitos nefastos, que se propagam em diversas esferas da sociabilidade.

Num primeiro momento, poderíamos coonestar o dito popular, segundo o qual, “o Brasil é um escândalo”. Numa segunda reflexão menos conjuntural e menos sangüínea, talvez seja interessante invocar a sociologia para complicar um pouco o senso comum. Nesse sentido, a tarefa é mostrar que os escândalos podem ser alguma coisa maior e mais complexa do que a simples manifestação de descalabros (Thompson 2000; Chaia and Teixeira 2001; De Blic 2003; Neckel 2005; Adut 2008). Nessa linha, sugiro que os escândalos podem ser utilmente tratados como uma forma de ação, de controle e também, por vezes, um mecanismo de mudança social. Através dos escândalos, a sociedade abandona, reitera, altera ou cria normas de convívio e de legitimação.

Os escândalos fazem transparecer mudanças sociais mais ou menos profundas, que foram gestadas na “longue durée”, sem que a percepção social as tivesse acompanhado e, quando eles explodem, nos damos conta súbita e dramaticamente das transformações em questão. O corolário dessa hipótese é que os nossos escândalos, pelo menos analiticamente, deveriam ser vistos não como uma manifestação da danação eterna do Brasil e dos brasileiros, mas antes uma evidência do vigor com que a sociedade discute, preserva ou altera as normas que ela reputa corretas ou erradas. Nesse caso, estaríamos diante de uma variação, ou generalização, daquela afirmação mil vezes repetida por todo o Ocidente, sobre a “fragilidade da democracia”. Ainda que os percalços aconteçam aqui e ali, e que sejam dolorosos, na maior parte das vezes o brado sobre a democracia como “plantinha frágil” mostra que ela se preserva, apesar da sua fragilidade². Mas então, o que quer dizer esse bordão tantas vezes evocado e cuja “não-facticidade” não impede o seu uso continuado? Com (Douglas 1986) lembramos que o uso continuado de bordões é uma técnica social conhecida de reiteração de convenções cognitivas. Alhures (Douglas 1998), a autora nos permite sugerir mais diretamente que essa é a forma específica como a democracia se enraíza cada vez mais e se torna incontornável como norma de convívio das sociedades contemporâneas (p.17). Respirando a mesma inspiração na análise que agora apresento, trata-se de explorar uma abordagem durkheimiana sobre as formas dos ciclos de ação/imposição/reiteração/transformação da consciência coletiva das sociedades, de maneira análoga àquela que diversos autores empregaram para dar conta de fenômenos aparentemente tão díspares como escândalos em sociedades pré-modernas e em comunidades científicas (Gluckman 1963; Fleck 1979, orig. 1935).

Caminhos empíricos e analíticos

Chego à temática dos escândalos através da sociologia econômica. Os escândalos são um traço recorrente dos espaços empíricos estudados por essa especialidade, em especial do sub-ramo das finanças. Nesse espaço analítico são constantemente lembrados os papéis das crises e escândalos no progresso da regulamentação das atividades profissionais as quais, por sua vez, geram aumento, aceleração e diversificação dos ciclos de produtos a partir dos novos balizamentos institucionais que surgem da reação das sociedades ao clamor suscitado. Em suma, na perspectiva da sociologia econômica, os escândalos são eventos sistêmicos e previsíveis, que são parte intrínseca da regulação social da vida econômica (Cowing 1965;

¹ A lista, normalmente atualizada e dando acesso às referências originais em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_esc%C3%A2ndalos_de_corrup%C3%A7%C3%A3o_no_Brasil (consultado em 25/09/2009, às 10:46).

² E falando em plantinha, não é demais lembrar que o uso reiterado do bordão “ou o Brasil acaba com a saúva, ou a saúva acaba com o Brasil” contribuiu para a sociedade brasileira desenvolver um bem renomado serviço público de pesquisas agrônômicas e de extensão agrícola.

MacKenzie 2006; Reinhart and Rogoff 2009). Assim, o problema que pretendo trabalhar no presente texto é o de estender essa interpretação dos escândalos para a vida social na sua generalidade.

Como exemplo, podemos invocar um caso ainda fresco na memória: os problemas levantados pela derrocada da Enron e outras grandes empresas norte-americanas e européias no início da década de 2000 que suscitaram uma intensa rodada de regulamentação da legislação corporativa, em especial a lei Sarbanes-Oxley. Suas conseqüências se espalharam rapidamente por todos os países com mercados financeiros relevantes, a ponto de suscitar grandes transformações nas relações entre esses mercados e o resto das respectivas sociedades (Grün 2003). E a reação dos financistas ao que foi considerado excesso de regulamentação gerou uma explosão nos fundos de private equities, que também se difundiram internacionalmente, como formas de investimento menos controláveis pelos aplicadores, mas mais rentáveis e flexíveis (Grün 2009). Nesse quadro, ficam bem estabelecidos o papel e a forma como as sociedades penetram e influenciam suas esferas financeiras, rompendo com o “business as usual” que normalmente confere autonomia a esses espaços. Crises e escândalos geram clamores, que ao mesmo tempo pressionam e habilitam os agentes governamentais³, e mesmo os próprios financistas, a alterarem as regras do jogo e, por vezes, a controlarem as tendências mais anti-sociais engendradas na esfera financeira (Cowing 1965).

Os clamores suscitados são artefatos sociais que podem ser recuperados para a análise sociológica a partir da sua dimensão cultural. Dessa entrada podemos primeiramente analisar a cultura econômica e sua dinâmica, mas também podemos pensar nesse estudo mais geral, no qual os escândalos e as reações a eles se tornam bons pontos de entrada para a interpretação da dinâmica social em sua generalidade, conferindo à análise uma abrangência bem maior do que a apreciação da atividade econômica e financeira. Em termos teóricos procuro, através da análise dos escândalos, mostrar a pertinência de um materialismo cultural na análise das sociedades contemporâneas, partindo justamente do seu cerne econômico – o campo financeiro. A dinâmica cultural da sociedade subsume a sua vida econômica e exploração da face financeira dos escândalos nos permite firmar essa hipótese (Grün 2008; Grün 2008).

Tipos de escândalos

Pensando nos tipos de impacto que os escândalos provocam, podemos pensar naqueles que conseguem inscrever novas normas sociais e aqueles cujos deflagradores pretendem reiterar formas vigentes em alguns segmentos, mas que não estão sendo mais respeitadas pela generalidade do corpo social. O primeiro tipo diz respeito a inovações importantes, como a extensão de direitos políticos e sociais, em especial a alteração do estatuto menos favorecido das mulheres ou dos negros, além da inscrição de novas temáticas e sensibilidades, como a da agenda ambiental. Nesse primeiro grande grupo, observamos um uso intensivo de capitais simbólicos e culturais produzindo eventos com forte conteúdo midiático, que chamam a atenção da sociedade para as performances e praticamente a obrigam a discutir os temas dos “escandalizadores” (Champagne 1984). Aqui, falamos em “revoluções simbólicas” que alteram drasticamente a sensibilidade da sociedade para questões como as acima citadas. Exemplos da história cultural como o da Viena fin-de-siècle, em especial as estratégias escandalizadoras de Karl Kraus, e das artes, como a revolução pictórica inaugurada por Manet são constantemente invocados como os *case studies* mais elucidativos de formas de ação e dos eventos bem-sucedidos, enquanto que o fracasso da tentativa de banir o consumo do álcool como uma revolução mal-sucedida (Schorske 1981; Gusfield 1986; Bourdieu 1992; Bouveresse 2001). O outro grande grupo de eventos, os “reiteradores” são aqueles mais tipicamente catalogados como “escândalos” e que são os que me interessam no momento (Bouveresse 2001). Ainda que os do primeiro tipo ocorram no nosso cotidiano, os do segundo gênero produzem e ocupam

³ Na expressão que ficou famosa de Rahm Emanuel, então chefe do staff de Barack Obama, as crises são oportunidades de mudança muito preciosas para serem desperdiçadas ZELENY, J. (09/11/2008). "Obama Weighs Quick Undoing of Bush Policy." The New York Times.

mais constantemente as agendas contemporâneas. Eles podem ser vistos como instrumentos de conservação da ordem social, que tendem a congelar ou transformar apenas marginalmente a distribuição de capitais na sociedade. Procurarei utilizar a incidência desse grupo no Brasil recente para conduzir a análise adiante.

Escândalo-bras: Uma primeira rodada

A experiência brasileira recente sugere que os fenômenos que nos acostumamos a chamar de “escândalos” provocam primeiro uma forte onda de indignação na “opinião pública” que se sente ultrajada pelos acontecimentos e personalidades revelados e, por vezes, há um segundo momento, no qual os grupos identificados com as práticas que foram objeto do escândalo reagem, propondo explicações conspiratórias para o evento (Grün 2008). Podemos atribuir a eclosão dos escândalos a acontecimentos aparentemente fortuitos, como o assassinato da criança Isabella Nardoni em São Paulo⁴. Ou, no caso do “mensalão”, à forma de funcionamento do sistema político, que exigiria reparos. Os padrões, temores e clamores moralizantes unem os dois casos recentes. Mas é só isso? Há algo que distingue os dois episódios?

Sigamos a evolução dos escândalos e atentemos para as diferenças que levam alguns a transmutar suas estruturas. Em alguns casos, eles começam com uma crítica geral a um comportamento ou episódio, totalmente compartilhada pela sociedade, mas depois se transformam em disputas entre dois padrões de moralidade ou de conduta. O exemplo histórico fundador é o do “caso Dreyfus” na França da passagem do século XIX para o XX. Além de sua importância intrínseca para a história daquele país, o episódio serve mais genericamente para marcar uma inflexão importante na conformação dos campos do poder das sociedades modernas, nos quais os poderes estritamente culturais se fortalecem através do aparecimento das figuras contemporâneas do “intelectual” e do “jornalista” (Charle 2004). Como quer o autor, os dois grupos apresentam papéis e formas de ação diferentes e mesmo opostas, mas ambas expressam a importância que o eixo do capital cultural adquiriu e da necessidade de levá-lo em conta nas análises da sociologia política do mundo contemporâneo (p. 202 e seq.). Dessa maneira, podemos também dizer que os escândalos podem servir de reveladores sociais para a existência e importância de novos grupos sociais, antes ignorados ou negligenciados quanto à sua importância e especificidade.

No início daquele episódio que marcou profundamente a sociedade francesa e repercutiu de maneira intensa em diversas partes do mundo, ele se tratava de um escândalo na acepção mais comum do termo, no qual a “opinião” francesa manifestava o seu incômodo pela presença de um judeu no corpo de oficiais do exército, e ainda mais, com acesso a documentos importantes para a defesa do país⁵. O resultado dessa malfadada novidade teria sido a venda desses segredos à Alemanha, então a maior inimiga da França. Logo, a correção desse deslize passaria pela reiteração do papel nefasto dos judeus no corpo social. A Revolução francesa, ao proclamar e por em marcha a igualdade entre os homens, teria ultrapassado os limites do bom senso ao admitir os judeus como cidadãos de pleno direito no corpo político da nação. O patriotismo dos judeus era matéria duvidosa, ainda mais quando se tratava daqueles de origem alsaciana como Dreyfus, considerados de cultura e lealdades mais próximas do universo germânico. Logo, incorporá-los integralmente ao Estado francês era um atentado ao senso comum conservador. E a primeira fase do “escândalo” Dreyfus mostrava para o mundo essa ultrapassagem perigosa.

⁴ Ou talvez fosse mais correto vincular a sensibilidade social revelada no “caso Nardoni” a questionamentos sobre a estruturação atual das famílias, sobretudo a questão do divórcio e do conseqüente estatuto dos novos cônjuges dos progenitores em relação aos filhos do primeiro casamento (Talvez por isso, tenhamos observado a insistência no uso do termo “madrasta” que, como quer Houaiss, é evitado de conteúdos negativos, para se referir a Ana Jatobá).

⁵ E que foi relatado “em primeira mão” ao público brasileiro por Ruy Barbosa na sua primeira Carta da Inglaterra, em janeiro de 1895 Barbosa, R. (1994). O Processo do Capitão Dreyfus, Giordano.

Há que se ter em conta que no contexto europeu do período a retórica do antissemitismo estava se tornando a forma canônica de reiterar o pensamento político e social tradicionalista, que era contrário à expansão do sufrágio e dos direitos cívicos e sociais em geral. Não é assim por acaso que o caso despertou tantas paixões e é um momento privilegiado para reiterar a desconfiança contra todos os novos habitantes, recentemente investidos da capacidade formal de influir nos destinos dos povos (Marrus, Vidal-Naquet et al. 1972; Blum 1993; Noiriél 2009).

No sentido acima, tudo indicava que a condenação e degredo do capitão teriam “acordado” a nação francesa sobre o perigo agora conjurado e em seguida os ânimos pareciam ter se acalmado. Mas houve a famosa reação deflagrada pelo “J’accuse” de Zola e o escândalo – a reprovação geral mudou para o “caso”, daí a expressão “l’Affaire”(De Blic 2005). Dreyfus encontrou defensores, que avocaram a sua defesa como uma defesa geral dos novos princípios republicanos e leigos. E a França acabou se dividindo em dois segmentos antagônicos cuja polaridade irá ser determinante na cena política e cultural daquele país até o final da Segunda Guerra Mundial (Laborie 1990; Blum 1993; Sapiro 2004; Sternhell 2006). Em casos como o de Dreyfus, a divisão tende a se exacerbar e podemos mesmo falar numa guerra cultural que separa os dois pontos de vista e seus partidários. E nesse contexto analítico, muitos escândalos são manifestações agudas das guerras culturais que são deflagradas quando as sociedades ampliam a democratização cultural, política e social. Podemos então (provisoriamente) falar em pelo menos dois tipos de escândalos: aqueles em que há uma disputa social pela caracterização dos fatos e personagens e aqueles nos quais tal contencioso não aparece. Uma primeira tentação seria catalogar no primeiro grupo os escândalos “políticos” (já que a arena política, por definição, é um lócus de disputa) e no segundo grupo aqueles considerados “morais”, ou “de costumes” (nos quais a sociedade simplesmente “se defenderia” de alguma transgressão). Mas, mais uma vez a experiência mostra que devemos ter cautelas nessa tentativa de pensar homologamente: o escândalo dos “anões do orçamento” não virou caso, enquanto que o escândalo da “Escola Base” acabou virando um caso, na acepção que estamos dando aqui para o termo.

Guerras culturais e escândalos

Nas guerras culturais são confrontados princípios distintos de estruturação de alguma realidade social. Por exemplo: homens e mulheres são inapelavelmente diferentes, porque nasceram cada qual com uma função específica na concepção de novos humanos, contra a concepção que enxerga homens e mulheres como iguais porque pertencem à mesma espécie humana e, portanto, ambos merecem as mesmas chances de se realizarem nas diversas esferas da vida. Nenhum dos princípios está “errado”, mas eles são excludentes. Se começamos uma seqüência de raciocínio a partir de um deles, não podemos incorporar o outro. As questões de gênero oferecem diversos outros exemplos: ou a mulher tem o direito de dispor do próprio corpo e, portanto, o aborto é um direito da mulher, ou o feto é uma vida humana indefesa que precisa ser defendida, e nesse caso o aborto deve ser proibido e severamente punido (Lakoff 1996; Sobel 2001). Indo para outra esfera, ou o Governo é o pai dos pobres e deve ajudá-los sempre ou, ao contrário, todos devem aprender a ganhar a vida a partir de suas possibilidades. Nesse caso, que está no centro das famosas guerras culturais norte-americanas da contemporaneidade, a posição conservadora diz que o excesso de interferência governamental na vida das populações assistidas é um erro e um contra-senso, à medida que diminui o empenho dos pobres em encontrar dentro deles mesmos as forças para superar as adversidades. Ele transforma indivíduos que deveriam ser cidadãos de pleno direito em dependentes e alimenta uma burocracia de assistentes sociais que se viabiliza profissionalmente fomentando a dependência dos pobres em relação ao Estado (Handler and Hasenfeld 1991; Hunter 1991).

Uma distinção interessante na temática sociológica dos escândalos é aquela proposta pela chamada “sociologia pragmática”(De Blic 2005; Boltanski 2007). Para ela, os “verdadeiros” escândalos são aqueles que conseguem inscrever duravelmente uma nova norma social, aqueles que chamei no início do texto de “transformadores”. O corolário é que os eventos que aparentem ser escândalos, mas não atingem essa marca, aqueles que chamei de “reiteradores”,

não passariam de tentativas fracassadas de escandalização. Configurações que não apresentam nem deflagram guerras culturais não seriam escândalos. Engendrada justamente para dar conta de eventos marcantes da sociabilidade política dos países centrais contemporâneos, essa tendência procura dar conta dos «tsunamis que terminam em marolas», como os ataques sistemáticos sofridos por Mitterrand na França e Clinton nos Estados Unidos durante os seus respectivos períodos presidenciais (Garrigou 1992; Garrigou 1993; De Blic 2005). Poderíamos também enquadrar nessa rubrica os (não) escândalos que sacudiram o governo Lula (Grün 2008; Grün 2008).

Numa outra esfera, o fenômeno “escândalo” pode ser decomposto em duas dimensões. De um lado as temáticas que são postas em evidência. Do outro, os atores que se mobilizam para chamar a atenção sobre elas e aqueles que são prejudicados pela súbita publicidade. Se abrirmos a porta da interpretação dos escândalos como estratégia de publicidade ou política em particular, podemos rapidamente perceber que os escandalizadores não agem isoladamente nos espaços sociais que freqüentam e intervêm. Pelo contrário, como mostra (Dobry 1986) a propósito das crises políticas, para que surja um escândalo é necessária a colaboração direta e indireta de indivíduos e grupos situados em diversos subespaços do que (Bourdieu 1989) chamou de campo do poder.

“Escândalo-bras II”: O campo do escândalo

Mas o que querem dizer exatamente aqui os termos “colaboração” e “campo”? O conceito de campo tenta justamente dar conta de um tipo de colaboração, ou de convergência, pouco transparente. São aquelas situações nas quais os indivíduos e grupos estão explicitamente apartados. Nas suas subjetividades e na observação cotidiana são localizados como em concorrência. Mas quando observamos as configurações de maneira sistemática tentando evitar as armadilhas do senso comum, encontramos quadros de colaboração objetiva entre eles. Nos espaços intelectuais como aquele que engendra os escândalos, o resultado principal dessa convergência contra-intuitiva é a conformação de uma problemática social, na produção da percepção da sua premência e uma agenda e/ou da maneira que ela deve ser tratada. Uma boa analogia é aquela que se pode fazer com o boxe profissional: os lutadores podem se socar até a morte, mas mantém a cumplicidade básica de fomentar o interesse público sobre o esporte e, em especial, sobre a luta que estão ou estarão travando.

Essa cooperação com aparência de competição é uma das maiores armadilhas na busca de um sentido para fenômenos como os escândalos. Especialmente, quando tratamos de eventos contemporâneos, nos quais quase necessariamente os próprios pesquisadores realizam investimentos emocionais e políticos intensos no sentido de se posicionar num dos lados da contenda. Os escândalos produzem contextos nos quais o essencial da história parece ser a substância temática do ultraje e os acusados, acusadores e contendores que disputam a “relatoria” do problema parecem separados por visões de mundo inconciliáveis e inapelavelmente hostis. E, sobretudo, o futuro da sociedade parece depender dos resultados do escândalo em tela. Se o lado em que nos posicionamos não preponderar, a sociedade mergulhará num abismo.

A presença simultânea de cooperação e competição entre os diversos agentes e agências que contribuem para a deflagração e difusão dos escândalos sugere a utilidade de tratar esse fenômeno como um campo no sentido específico que a sociologia de Bourdieu confere ao termo (Bourdieu 1979; Pinto 2002; Champagne and Christin 2004). Uma primeira leitura poderia refutar o uso do conceito, já que as análises que utilizam o conceito de campo focalizam situações que tem horizontes temporais bem mais longos do que os escândalos. Fala-se no “campo da arte brasileira no século XX”, no “campo econômico”, no “campo político”. Mas aqui, armado das evidências empíricas históricas e principalmente daquelas colhidas dos escândalos brasileiros recentes, estou propondo usar uma variante da mesma heurística para dar conta desse fenômeno que no entendimento cotidiano tem tudo para ser considerado passageiro e mesmo efêmero. Afirmando então que existe um campo do escândalo que não produz somente um escândalo, mas que é uma verdadeira fábrica de escândalos, que engendra permanentemente a

forma escândalo como criador de agendas, meio de expressão e ação social e também como artefato de alavancagem de trajetórias de indivíduos e grupos em diversos espaços sociais. Essa postulação menos intuitiva pode ser apreendida, entre outros, do exemplo acima citado sobre a análise da formação do espaço público e da função dos intelectuais e jornalistas naquela França do final de XIX dividida pelo “affaire”. A partir da criação do artefato social e retórico chamado “antisemitismo”, proposto por Edouard Drumont em “La France Juive”, que repercute em todo o espaço social, cultural e político, alavancando a carreira de seu criador e gerando reações obrigatórias, o “problema judeu” se torna um tópico de discussão obrigatório, ainda que seja para negar a sua relevância. A partir daí, a forma escândalo se difunde e quem quiser chamar a atenção para fenômenos sociais deve obrigatoriamente descrevê-los num envelope retórico que sugere a escandalização (Charle 2004; Noiriél 2009).

Em termos mais gerais, uma leitura via economia das práticas sociais afirma que a apresentação dos fatos como escândalos produz um bem coletivo, que é um trunfo social a ser compartilhado pelos diversos produtores dessa construção: o fenômeno ultrajante ganha proeminência na pauta das discussões sociais e, junto com ela, os especialistas no tema que ganham evidência e encomendas, tanto simbólicas quanto materiais. O campo engendra a percepção da urgência absoluta em tratar e resolver o motivo da indignação, sugerindo que “não podemos mais viver dessa maneira; não é mais possível tolerar ou acobertar a situação que se apresenta e nada mais pode ser resolvido enquanto esse problema (o motivo do escândalo) não for solucionado”.

Idealmente, a implicação de diversos grupos de agentes nos escândalos, que se traduz na aplicação das suas legitimidades e dos seus capitais culturais na criação e reiteração da pauta do escândalo acaba produzindo um “regime de verdade” (Foucault, Defert et al. 2001), enviesando a percepção social no sentido de selecionar fatos e versões que reiteram os motivos que produziram o escândalo e descartando quaisquer possíveis evidências que diminuam & nuancem essa certeza ou a força da indignação (p.158). Uma vez instalado o novo “regime de verdade”, aqueles que contribuíram para esse resultado serão beneficiados imediatamente pela acumulação de capital simbólico proporcionada aos porta-vozes dos reclamos da sociedade. Posteriormente, essa forma de capital poderá ser transmutada nas modalidades mais próprias de cada espaço em que os agentes e grupos trafegam⁶.

Podemos então, com alguma cautela, aproximar os “regimes de verdade” produzidos no campo do escândalo aos famosos paradigmas científicos da filosofia da ciência de Thomas Kuhn, o que nos ajuda a entender a dureza da agenda produzida e, portanto, a dificuldade de mudá-la ou de, no debate público, demonstrar a irrelevância das tentativas voluntaristas de mudar as pautas sociais (Kuhn 1962; Fleck 1979, orig. 1935; Douglas 1986). Mas a analogia encontra seu limite no fato de que, ao invés de estarmos tratando de uma comunidade de cientistas que se reproduz em relativa autarquia, agora estamos diante de um espaço multidimensional, no qual agentes oriundos de diversos subespaços sociais convergem para a produção e manutenção do “paradigma”. E essa diferença é importante porque ela coloca sistematicamente os agentes diante de “*faux amis*” que, quando analisamos o espaço da retórica parecem estar integralmente alinhados na “cruzada”, mas conforme os acontecimentos evoluem, percebemos que raramente acontece essa convergência mais ampla (Bourdieu 1984). Assim, se a dureza da agenda aproxima o regime de verdade dos escândalos da idéia de paradigma, a composição do círculo dos escandalizadores tem uma morfologia multidimensional, que torna esse agrupamento muito diferente das comunidades intelectuais⁷.

No sentido acima, é fácil notar que os membros do ministério público competem com os jornalistas e com os políticos na paternidade e “protagonismo” associado aos eventos. É um

⁶ Podemos utilizar o “escândalo do mensalão” como um bom exemplo de regime de verdade: o campo estabeleceu a veracidade do caráter vicioso de Lula e seus colaboradores e, trama montada, seus participantes saíram freneticamente atrás da prova definitiva da sua culpa, que no linguajar daquele momento passou a ser chamado de “o batom na cueca” Grün, R. (2008). “Escândalos, marolas e finanças: para uma sociologia da transformação do ambiente econômico.” *Dados* 51: 313-352.

⁷ Há, é claro, os escândalos internos aos mundos científico e intelectual. Mas eles têm dinâmicas e morfologias diferentes daquelas que estamos tratando no momento.

pouco menos evidente que uns se alimentam dos resultados dos outros. É fácil ver que em cada um desses espaços, os produtores de escândalos estão disputando posições com outros grupos de agentes. É menos evidente que há uma homologia de posições, mostrando que cada um desses grupos de escandalizadores está posicionado em seu respectivo espaço na condição de “jovem desafiador”.

A multidimensionalidade pode ser inferida porque os escândalos mobilizam grupos de atores em diversas esferas da sociedade. Ao que pode se depreender, os diversos grupos têm em comum a característica de serem sociologicamente jovens. Frequentemente, são também herdeiros presuntivos de capitais simbólicos familiares ou corporativos os quais, no curso do escândalo, acabam se transmitindo mais rapidamente do que aconteceria sem esse fator interveniente. Essa característica comum produz uma homologia de situação capaz de gerar simpatias e colaboração, mas também enormes mal-entendidos⁸. Jovens desafiadores têm em comum a necessidade de mudar parcialmente os parâmetros de excelência dos seus respectivos campos para apressarem as suas carreiras, mas a história inscrita em cada um desses espaços produz *habitus* diferentes e engendra sensibilidades, possibilidades de expressão e de atuação muito diversas. A irreverência dos jornalistas é impossível entre os juristas, mesmo os mais jovens. E ocorre exatamente o contrário com o formalismo dos juristas no espaço dos jornalistas. Os acordos são absolutamente necessários para a eficácia de qualquer ação política, mas são abominados pelo espaço jornalístico. A menção explícita ou mesmo implícita às preferências ideológicas é praticamente obrigatória na esfera política e inconcebível na esfera jurídica. Há assim aspectos que separam drasticamente cada um dos campos e quando, durante os contenciosos, eles entram em contato mais estreito, essas diferenças podem gerar desentendimentos muito intensos. Esses desentendimentos que, como vemos, tem características estruturais acabam se tornando uma espécie de freio que impedem que a maioria dos escândalos se transforme em “verdadeiras” crises institucionais, diminuindo seu ímpeto ou alterando, tornando menos previsíveis seus desfechos e fomentando a idéia de que tudo acaba virando “pizza”.

O campo do poder e o poder (heurístico) dos escândalos

Evidentemente, cada escândalo é “único” em suas características temáticas e estruturais, mas podemos adiantar que o estudo genérico da mecânica do fenômeno geral permite uma boa entrada para a análise do chamado “campo do poder”(Bourdieu 1989). Esse espaço central das sociedades contemporâneas é o local onde as elites dos diversos campos sociais se encontram, competindo pela proeminência de seus capitais específicos, mas cooperando na operação básica de produzir e aceitar regras gerais de convívio e, ainda que parcialmente, a legitimidade dos capitais alternativos, criando assim o espaço de convivência cujos resultados mais imediatos são o alargamento e a “complexificação” das agendas aceitas pelas sociedades (Bourdieu 1981; Bohn 2006). E, mais do que uma entrada genérica para o fenômeno, que nos fornece principalmente uma radiografia mais ou menos estática do espaço social, os “casos” resultantes da transmutação dos escândalos abrem a janela para a análise da dinâmica social do espaço das elites, pois neles se evidencia as tendências à valorização ou à desvalorização dos capitais de cada grupo.

⁸ Bourdieu, P. (1984). *Homo academicus*. Paris, Editions de Minuit.

Utiliza a idéia de “homologia de posição” para trabalhar as convergências e divergências entre o “proletariado do ensino superior” e o proletariado propriamente dito durante a crise de 1968 na França. O primeiro grupo, composto por aspirantes a professores, políticos e intelectuais que (ainda) não encontraram seu lugar estável na sociedade se enxerga como “proletário”, mas tendo como referência imediata os setores bem estabelecidos de suas profissões e especialidades. Os “proletários da intelectualidade” se identificam com os proletários no sentido estrito, mas só até certo ponto que, quando é ultrapassado, provoca justamente a cólera mútua. Naquele momento de confrontação social e cultural agudas, os primeiros consideravam os últimos como incapazes de cumprir o “destino histórico de heróis portadores do futuro radioso da humanidade” e os segundos (pelo menos seus representantes sindicais estabelecidos) recusavam o papel de “bucha de canhão” que, segundo os operários, os intelectuais lhes atribuíam.

Nos escândalos, reputações antes “ilibadas” ou “geniais” são manchadas para sempre e novos “paladinos da justiça” ou “pensadores paradigmáticos” aparecem, desbancam seus antecessores e iniciam carreiras nos diversos subespaços do campo do poder. A concepção estrategista e as mitologias contemporâneas sobre os processos políticos que assistimos costumam acentuar o caráter ativo, racional e calculado dos “scandal-makers” na constituição do fenômeno (Garrigou 1993). É possível que essa vertente, a partir de um uso irrefletido da nossa predisposição a acreditar em conspirações, explique convincentemente a deflagração dos escândalos. Mas, e os desfechos?

Ao olharmos o espaço empírico dos escândalos retrospectivamente, o encanto da explicação estrategista se desfaz. Os indivíduos e grupos competentes (no duplo sentido de competirem e de disporem das competências para criar escândalos) conseguem iniciar escândalos e se projetar no seu decorrer, mas uma vez entrados no tabuleiro político, esses fenômenos ganham características multidimensionais cujo controle é praticamente impossível. Haja vista, mais uma vez, a experiência brasileira recente. O processo, do qual se esperava o esvaziamento do capital político de Lula e de seus seguidores acabou gerando uma mobilização, primeiro política e depois eleitoral que lhes foi favorável, na medida em que contribuiu para a mudança da agenda econômica da sociedade no sentido de torná-la mais próxima da sensibilidade dos apoiadores de Lula, que então se desdobraram na tarefa de alcançar a reeleição de seu líder (Grün 2008). Três anos depois, Lula havia alcançado a reeleição e ostentava os melhores índices de popularidade já alcançados por um Presidente da República (CANZIAN 12/09/2008).

Um dado irrecorrível das sociedades contemporâneas é a constituição de um vasto círculo de *experts*, agentes atuando nos meios de comunicação e no público alargado, no seio do qual se engendra a crença de que os escândalos são atividades produzidas e controladas pelos indivíduos que detém essa competência específica. A crença se alimenta e funciona em várias esferas. De um lado, as teorias conspiratórias que vicejam na sociedade, apontando, desnudando e produzindo protagonistas e interesses velados que estariam por trás de quaisquer acontecimentos, ou “não-acontecimentos”, que promovem ou prejudicam os “poderosos”. Diversas variantes dessas mitologias políticas e sociais circulam permanentemente com maior ou menor ênfase circunstancial (Birnbaum 1979; Girardet 1986; Medina 1992; Weber 1999; Taguieff 2005). Forças ocultas estariam por trás da Revolução Francesa (a mãe de todas as conspirações), das guerras, das crises econômicas e mesmo de desgraças naturais, como variantes recentes de um enredo que começou a se formar em torno dos supostos complôs de judeus que estariam envenenando os poços da Provença medieval para eliminar os seus vizinhos cristãos (Ginzburg 1992; Taguieff 2005). Por serem realidades ficcionais onipresentes, essas formas culturais estão fadadas a ganhar alguma verossimilhança sempre que são invocadas. E estando disponíveis nessas arenas competitivas que são os mercados editoriais, eleitorais ou esotéricos, elas têm alta probabilidade de reaparecerem com alguma constância. No mundo contemporâneo, há uma linhagem que na sua variante brasileira se inicia com o “Despertar dos mágicos” (Pauwels 1975 (11a. edição)) e, provisoriamente (já que o aparecimento de um novo bestseller conspiratório é extremamente provável) teve seu último grande representante no “Código Da Vinci” (Brown 2004). Essa sequência de edições obteve enorme sucesso internacional e também no Brasil. Por mais que concedamos que essas leituras possam ser reconhecidas como ficcionais pelos seus receptores é também, como mostram vários autores, difícil de imaginar que essas narrativas também não construam um cânone interpretativo que será acionado também em situações “da vida real”, estruturando e dando conta das percepções dos acontecimentos “concretos” (Ginzburg 1983; Ginzburg 1992; Taguieff 2005).

Paralelamente, aparecem as ideologias e teodicéias profissionais dos diversos ofícios modernos ligados ao convencimento político, de consumo, financeiro, etc. Os “marqueteiros”, especialistas em táticas eleitorais, publicitários, conselheiros financeiros e especialistas em auto-ajuda são estruturalmente compelidos a acreditar e a fomentar a crença na eficácia de suas atuações e instrumentos. Como afirmou (Schudson 1984) seminalmente a propósito da propaganda comercial, eles podem, ou não, ser capazes de influenciar suas audiências nas formas e proporções que anunciam, mas primeiramente, eles devem ser capazes de fazer seus financiadores e clientes acreditarem na sua capacidade de realizar o que anunciam. É claro que

os profissionais em questão se supõem racionais e equilibrados, não reconhecendo nenhum parentesco com os adeptos das teorias conspiratórias, que são vistos como esotéricos descompromissados e alienados. Mas é difícil imaginar que as tentativas de dar verossimilhança às suas ferramentas de análise e intervenção, que insistem no primado da ação política voluntarista (ainda que “cientificamente” informada) sobre a estrutura social nos comportamentos individuais e na sociedade não se alimentem das crenças anteriores nas galáxias conspiratórias. E nesse sentido, um ponto interessante da cena brasileira contemporânea é a centralidade do personagem “Daniel Dantas” em diversos contenciosos políticos, econômicos e mesmo policiais⁹.

A (perversa) pedagogia dos escândalos

A experiência brasileira recente também pode servir para mostrar que, para a concretização de um escândalo, é necessário aquele processo talvez ainda pouco explicitado de *agenda setting*. A discussão e correção dos fatos ou situações ou condutas considerados reprováveis devem ganhar prioridade sobre quaisquer outros problemas ou realizações do momento, aproximando a análise dos escândalos à das crises políticas, conforme o trabalho esclarecedor de (Dobry 1986). Nessa construção, os escandalizadores provenientes das diversas esferas se tornam colaboradores interessados na alçada do assunto em “problema premente e inadiável” (em detrimentos de outras questões, as quais, por sua vez, perdem a prioridade). Certamente eles se nutrem da reiteração da escandalização: como na III República francesa do *Affaire*, a repetição de escândalos das mais diversas origens nos acostuma com essa forma de apresentar problemas, situações e operadores da construção dos fatos.

A imprensa que, afinal, acaba dando vida aos escândalos conferindo-lhes destaque já tem neles fontes quase certas de interesse pelos seus produtos. Desde muito tempo e em diversas latitudes, os seus agentes estão treinados a, antes de mais nada, evitarem uma “barriga” – deixar de pautar e desenvolver reportagens específicas sobre um evento escandaloso que os demais órgãos e mídias estão evidenciando, importando menos a sua verossimilhança do que perder espaço na dureza da concorrência (Bueno 24/09/2007 12:18; Tuchman 1978; Neveu 2001; Charle 2004; Gans 2004; Molica 2005). E, também pelo lado desse constrangimento organizacional e profissional, o escândalo acaba se tornando um estilo canônico de se apresentar os fantasmas e dilemas da sociedade brasileira. Esse efeito de campo é muito interessante e talvez ajude a demonstrar uma evidência contra-intuitiva: a partir de meados de 2008, quando a imprensa internacional passa a pautar o Brasil muito favoravelmente, como o gigante que está acordando tanto na esfera econômica quanto na social, vemos que a imprensa brasileira participa ativamente do campo do escândalo, mantendo a agenda da formação de escândalos sucessivos, que reiteram o famoso “complexo de cachorro vira-latas”, em detrimento da apreciação internacional positiva sobre o país (Editor 12/11/2009).

Olhando mais uma vez nosso tema por uma lente de economia das práticas, vemos que no seio do espaço construído como o campo do escândalo a ação conjuntamente complexa dos diversos grupos de atores acaba gerando o próprio escândalo como um bem coletivo a ser explorado por todos que contribuem para a sua gênese e desenvolvimento. Mas talvez essa linguagem “economicista” contribua para formatar uma visão demasiadamente instrumental e, paradoxalmente, ela acaba nos induzindo a uma sociologia ingênua desse fenômeno, que é inexplicável sem recurso à sua dimensão cultural e identitária. Exploreemos o que pode significar a caracterização do nosso “bem coletivo” como um artefato cujas características o aproximam do que (Foucault, Defert et al. 2001) chamou de um “regime de verdade” (p. 158). Como

⁹ Procuo demonstrar essa aproximação entre as teorias conspiratórias e a atuação política racional contemporânea a partir da análise do papel atribuído a Daniel Dantas nos escândalos políticos brasileiros de 2005 Grün, R. (2007). "Decifra-me ou te devoro! As finanças e a sociedade brasileira." *Mana* 13: 381-410.

, Grün, R. (2008). "Escândalos, marolas e finanças: para uma sociologia da transformação do ambiente econômico." *Dados* 51: 313-352.

podemos deprender da lição seminal de Fleck, acreditar no escândalo e ajudar a inflá-lo é também, inextricavelmente, uma maneira de afirmar o pertencimento a uma comunidade ou grupo, em especial no nosso caso do espaço das profissões ligadas à mídia (Fleck 1979, orig. 1935). E o corolário é também digno de nota: “desconfiar” do escândalo produz uma forma de estranhamento que pode significar a expulsão do incréu do espaço profissional e do convívio social no qual ele está ou quer ser inscrito. Em especial no momento atual em que a profissão de jornalista passa por mutações aceleradas suscitadas pelas novas mídias e suportes ligados à internet, que permitem o questionamento da especificidade profissional dos jornalistas, a crença e produção da pauta dos escândalos acabam se revestindo de um forte caráter identitário, remetendo o fiel à adesão aos cânones tradicionais do ofício. Mais diretamente, arrisco-me a estender o ponto básico da sociologia da religião de Durkheim e afirmar que aqui, como em qualquer outra sociedade, a crença é antes de tudo um fenômeno coletivo e ligado à afirmação de uma determinada ordem social e do vínculo do “crédulo” a ela.

Escândalos na reprodução social das elites e no desafio a elas

A temática dos escândalos revela outra característica pouco evidente: normalmente (e quase obrigatoriamente), ela consiste da reiteração, mais ou menos inventiva, de uma norma social compartilhada, pelo menos nas esferas de sociabilidade das elites. No nosso seminal caso Dreyfus, lembremos ao mesmo tempo o caráter “jovem e desafiador” dos antissemitas franceses do final do XIX, principais agentes da propaganda *antidreyfusarde* bem como a ligação nem sempre muito bem esclarecida entre o antissemitismo moderno e o antijudaísmo tradicional (Gilman and Katz 1991)¹⁰. Como registram (Sternhell 1984) e (Noiriel 2009), foram os constrangimentos do jogo político e cultural levou aqueles jovens a produzirem e usarem a carta antissemita para afirmar suas carreiras profissionais, renome intelectual e finalmente conduzir sua inserção na esfera das elites e assim teriam mesmo produzido o fenômeno do antissemitismo moderno e a sua inscrição na agenda política e cultural francesa da época (Noiriel 2009). Não é assim por acaso que os indivíduos que poderíamos classificar sociologicamente como jovens membros das elites costumam ser os principais operadores dos escândalos. No jogo interno dos campos que compõem o “campo dos campos” do poder, eles estão atuando no papel de recém-chegados, ávidos para conseguir uma aceleração nas suas carreiras, constituindo-se então em desafiantes do campo, cuja principal arma retórica no intuito de apressar a sua passagem para as posições dominantes nos seus espaços respectivos, consiste em lembrar ou reiterar os mores tradicionais que regem o convívio interno e que estariam sendo esquecidos ou conspurcados pelos membros dos pólos dominantes das elites. Nesse sentido, os “jovens” se arvoram o cetro de “verdadeiros” paladinos das normas tradicionais do espaço e assim podem afirmar que fazem jus à passagem para o pólo dominante, por causa da incapacidade dos mais velhos em manter os valores compartilhados.

Na busca de analogias, poderíamos apresentar, como faz (Bourdieu 1992), esse tipo de comportamento como uma variante do comportamento dos “juvenis” na França medieval: eles eram os rebentos das famílias nobres que ainda não tinham conseguido encontrar ou estabelecer um feudo a partir do qual pudessem constituir uma família nobre legítima. Por isso, viviam um cotidiano de errância, procurando situações nas quais sua bravura e espírito cavalheiresco fossem postos a prova e valorizados. Em geral, essa postura “sincera e generosa” contrastava com o espírito acomodado dos senhores feudais já estabelecidos e dessa maneira, os últimos perderiam a legitimidade e deveriam entregar seus postos aos jovens mais comprometidos com os valores da época. A reiteração desse tipo de comportamento funcionava ao mesmo tempo como um difusor e retro-alimentador constante dos valores

¹⁰ O antijudaísmo tradicional é religioso e o estigmatizado perde a condição infamante quando se converte ao cristianismo. Já o antissemitismo moderno é essencialista e bebe das teorias biológicas raciais do século XIX. Nesse quadro, o judeu é sempre pernicioso por causa da sua biologia peculiar imutável. Exemplificando: no contexto do antissemitismo nazista moderno, o próprio Torquemada, o famoso Inquisidor geral de Espanha e exemplo maior do perseguidor tradicional de judeus, que era de origem israelita, seria enquadrado na sua categoria original, inapelavelmente excluído da vida civil e provavelmente enviado aos campos de concentração. Ver diversos aspectos dessa diferenciação na coletânea citada.

legítimos do feudalismo, além de ser um mecanismo de reprodução social da ocupação das posições disponíveis (Duby 1997).

No caso brasileiro recente, quando os conspurcadores são oriundos de espaços dominados do mundo social, como no caso do grupo de Lula no Brasil do início do século XXI, esse jogo se faz ainda desimpedido, pois a “velha geração”, taxada de “complacente”, sequer protesta contra a ação dos mais jovens, uma vez que a ação dos últimos não se dirige ostensivamente contra ela. É no halo desses processos que se apressa a passagem dos capitais políticos familiares. Em notável analogia, assistimos então recentemente Brasil a performance extremamente midiaticizada de diversos herdeiros de famílias políticas tradicionais e a ocorrência imediatamente posterior da passagem explícita do bastão partidário do PFL/DEM das mãos da velha geração para a mais nova, num interessante processo no qual a simples observação das idades cronológicas dos personagens não indicaria que esses processos devessem ocorrer. É assim que Jorge Bornhausen, aos 69 anos de idade e entregou o comando do partido a Rodrigo Maia, filho do Prefeito do Rio de Janeiro César Maia e também quadro político importante da mesma agremiação. E no momento do episódio, a idade de Rodrigo era de 36 anos, enquanto a média de idade dos deputados federais eleitos em 2006 era de 51 anos. E cumpre também ressaltar que dentre os outros “denunciadores implacáveis dos desmandos de Lula e de seu séquito de malfeitores” estavam, na primeira fila, os também herdeiros Antonio Carlos Magalhães Neto, neto do grande “cacique” político Antonio Carlos Magalhães e nascido em 1979, além de Gustavo Fruet, nascido em 1963 e filho do ex-prefeito de Curitiba Maurício Fruet (MATAIS 08/02/2007 - 11h58; Nery 24/10/2006 - 10h03m; GUERREIRO 26/03/2007 - 13h40; Uihôa 29/03/2007)¹¹.

No espaço jurídico, alterado pela Constituição de 1988, esse processo ocorre de maneira ligeiramente diferente, ainda que também reflita uma dinâmica geracional. De um lado o aumento de visibilidade de alguns setores de origem recente em detrimento de outros mais antigos, fazendo crescer a imagem dos procuradores e dos delegados contra os juízes; do outro, mostrando o “empenho e determinação” dos jovens recém-chegados, contra a “acomodação e complacência” dos mais velhos. Mas mesmo no caso das diferenças entre as profissões, é necessário ter em conta que principalmente as procuradorias são de configurações recentes e formadas majoritariamente de indivíduos mais jovens, tanto cronológica quanto sociologicamente, e nesse caso a disputa jurisdicional também se trava entre a nova corporação e aquelas que a antecederam e que podem eventualmente perder espaço e prerrogativas.

Dessa maneira, a análise dos escândalos também revela uma função alargada de reprodução social das elites. De um lado, nas sucessões geracionais internas aos setores estabelecidos. No outro, o combate entre esses setores estabelecidos e os desafiantes. E uma vez que os escândalos se sucedem, as técnicas necessárias para deflagrá-los acabam se tornando história incorporada do sistema político e midiático. Dessa maneira, eles ficam registrados como ferramentas à disposição dos diversos indivíduos e grupos que são socializados no campo do poder e, conseqüentemente, essa memória também torna altamente provável a deflagração de novos escândalos (Bourdieu 1980).

Uma questão correlata é a substância específica a ser elevada à condição de prioridade social pelos escândalos. Já que a forma mais comum de produção de escândalo consiste em exigir o cumprimento de alguma norma consagrada que está se enfraquecendo, temos que os escândalos castigam prioritariamente quaisquer experimentações sociais que estejam sendo engendradas, já que essas são mais facilmente enquadradas como abominações ou transgressões. Não necessariamente os escândalos são episódios de conservadorismo social, mas no mais das vezes o são e, principalmente, a escandalização como forma de ação política facilita muito o trabalho dos restauradores sociais, pois reitera a familiaridade com essa forma de ação que é muito favorável ao conservadorismo e mesmo ao regressismo (Muel-Dreyfus 1996). No Brasil contemporâneo, essa tendência aparece nas sugestões sobre o caráter nefasto de programas

¹¹ E o quadro de constrangimentos geracionais se completa quando observamos que naquele episódio, a “linha de frente” dos contestadores dos escândalos era formada em grande parte por antigos jornalistas de renome, como Luís Nassif, Luís Carlos Azenha, Raimundo Pereira, Paulo Henrique Amorim e outros, expulsos das redações mainstream também por fenômenos de sucessão geracional.

sociais como o bolsa-família, que estaria produzindo uma legião de indolentes, desinteressados em trabalhar, já que os governos lhes concedem “do quê viver” independentemente de qualquer esforço pessoal para mudar a situação (Cabral 18/02/2009). Da mesma forma, as críticas a movimentos como o MST – Movimento dos Sem Terra, a medidas para minorar a desigualdade de chances no sucesso escolar e em especial o sistema de cotas de vagas reservadas aos grupos considerados desprivilegiados, ao reconhecimento social e oficial de relações afetivas homoeróticas e a programas de contracepção e, em especial, de interrupção de gravidez.

A guerra cultural e a “opinião pública”

Escândalos “pautam” diversos aspectos da vida social e uma maneira consagrada de auscultar a “opinião pública” são justamente as sondagens de opinião. As flexões sociais de sentido em torno do conceito de “opinião pública” são outro ponto interessante que aparece na cauda e na fenomenologia dos escândalos contemporâneos. Uma breve análise de alguns aspectos nem sempre bem explicitados da pesquisas de opinião e dos seus usos sociais ajuda a mostrar características importantes dos escândalos.

Numa epistemologia ingênua, assim como escândalos seriam simplesmente manifestações de descalabros, as pesquisas seriam apenas “fotografias de cada momento” e a sequência de sondagens sobre um determinado assunto seriam “filmes” que representariam a evolução da sua apreciação pela sociedade. As pesquisas seriam técnicas neutras que, em nenhum dos casos, interfeririam na realidade auscultada. Elas apenas a “descobririam”, sempre ajudando a sociedade a se posicionar nos mais diversos temas que a afetam ou interessam. Mas essa interpretação estática é desafiada por outras que mostram as pesquisas ajudando a compor o “agenda setting” das sociedades (Champagne 1990). Vistas dessa maneira, como técnicas de produção de agenda, elas guardam parentesco com os escândalos.

Evidentemente, há um contencioso social perene em torno da definição desse ente social que se tornou parte “natural” da paisagem política e cultural dos últimos 50 anos (Bourdieu 1973). As aferições estatísticas são realmente uma boa aproximação “do quê pensa o povo”? Elas teriam precedência sobre as outras formas de apresentar e representar a vontade popular, como o mandato político e sindical ou as lideranças religiosas ou étnicas (Rosanvallon 2006)? De um lado, no debate sociológico, elas seriam intrinsecamente imprecisas por causa do compartilhamento apenas parcial das agendas de discussão na sociedade (Gaxie 1978). Por outro, nas suas “aplicações práticas”, elas gozam de uma tendência perpétua a serem hipostasiadas e reificadas pela publicação contínua das pesquisas que nos acostumam a essa forma de apresentação da realidade e por isso reiteram a sua verossimilhança (Champagne 1990; Herbst 1993).

Nos escândalos, muitas vezes as pesquisas de opinião medem e apontam “como e quanto a população está indignada” e o ente social ultrajado é invocado pelos denunciadores como o santo dos santos que foi conspurcado, enquanto os atacados tentam desfazer o constructo. Normalmente esses últimos falham, uma vez que, reificada, a idéia moderna de “opinião pública” já está firmemente registrada na cultura e na cena política. Além da possível, mas pouco provável transmutação do escândalo em “caso”, às vezes o ente e seus cultuadores são obrigados a se curvarem diante do altar mais poderoso da religião democrática: as eleições gerais (Rosanvallon 2010).

Como mostram os autores acima, secundados pelos historiadores, o conceito de “opinião pública” significou anteriormente apenas a opinião agregada das elites, os setores “esclarecidos” da população, conforme as escalas de excelência vigentes nas sociedades – o que se chamava de “l’opinion” (Chartier 2000). O advento do artefato contemporâneo que passamos a denominar “pesquisas de opinião” parece mudar o quadro. Os praticantes e usuários do “novo” instrumento pretendem que ele é capaz de medir as opiniões e preferências das populações pesquisadas como um todo, indo muito além da (elitista) simples auscultação de suas elites. Nesse sentido, ele suplantaria o conceito anterior no escopo e na legitimidade. Entretanto, a crítica sociológica a ele procura mostrar que estamos diante de uma recolocação mais criteriosa, um *aggiornamento* do mesmo instrumento anterior.

A última posição contra-intuitiva se sustenta quando os críticos lembram que a possibilidade dos indivíduos “terem opinião” sobre os mais diversos assuntos é diretamente proporcional à escala de prestígio, ou distribuição de capital cultural na sociedade (Bourdieu 1973; Gaxie 1978; Gaxie 1990). O argumento contrário, mais frequentemente utilizado pelos apoiadores do instrumento é a capacidade das pesquisas de opinião preverem resultados eleitorais. Entretanto, esse mesmo resultado é utilizado pelos críticos que afirmam que as próprias sondagens eleitorais só são acuradas porque é justamente o caráter excepcional da propaganda eleitoral e o esforço de comunicação e convencimento dos políticos e seus apoiadores, que faz a população prestar atenção no assunto “eleições” e nele tomar partido. E a maior prova nesse sentido é que a acurácia das pesquisas eleitorais cresce exponencialmente conforme se aproxima o momento das eleições, justamente quando os eleitores se tornam mais dispostos a pensar no tema (Gaxie 1990).

Invertendo a explicação analógica acima, podemos também mostrar como a análise dos escândalos se explicitam alguns corolários dos usos mais típicos do artefato social “pesquisa de opinião”. Um primeiro ponto é a capacidade de se produzir agendas a partir dos escândalos e das pesquisas de opinião. As nuances e conseqüências da seleção arbitrária ou interessada de algum tema, pinçado do universo dos possíveis da atualidade, ficam mais explícitas nas pesquisas de opinião. Quem tem a capacidade de comandar pesquisas pode inquirir os participantes da esfera pública sobre o “problema” que escolheu e assim lhe conferir “gravidade”, conseqüências e maneiras de lidar. Dessa maneira, pode preencher a agenda com a temática escolhida, ao mesmo tempo em que outros pontos da atualidade, que também poderiam produzir agendas, esmaecem (Bourdieu 1973; Champagne 1990). É assim lícito dizer que esse artefato social pode produzir conseqüências equivalentes às dos escândalos. Mais evidentemente do que no caso dos escândalos, o poder de comandar pesquisas de opinião não é uniformemente distribuído na sociedade. Há que haver ao mesmo tempo capital econômico para viabilizar os seus custos e capital simbólico para inquirir a população e publicar seus resultados. E assim, as pesquisas de opinião mostram seu parentesco e explicitam aspectos dos escândalos também na esfera da sua economia política.

A outra grande questão é a tendência a fazer coincidir a opinião das elites dotadas de opinião com a “opinião pública”, que seria compartilhada pela população em geral. Dessa maneira, os adversários das possíveis inovações não consensuais têm um aliado nas pesquisas de opinião – e naqueles que tem a capacidade de encomendá-las, e podem fazer o contrário para aquelas que são consensuais entre as elites e menos compartilhadas entre outros segmentos da população. Além da experiência internacional recente do agendamento de temas como as questões ligadas à imigração e relações étnicas em geral, refiro-me em especial a temas “da atualidade brasileira”. Há um consenso culto dizendo que a proibição do porte de armas diminuiria a violência, em especial os assassinatos e uma situação um pouco mais nuançada afirmando o estilo jacobino de democracia, que exclui a adoção das cotas para estudantes de origem social ou racial considerada desfavorecida. As (poucas) indicações que temos é que o porte de armas e a ação afirmativa possivelmente são mais bem aceitos por outros segmentos da população¹². Da mesma maneira, podemos tocar em outros temas que também poderiam gerar plebiscitos, como a possível adoção da forma de governo parlamentarista, um quase consenso entre as elites e já duas vezes derrotado em consultas eleitorais¹³. Percebe-se assim, de maneira

¹² A sensibilidade popular ao primeiro tema é inferida diretamente do resultado do último plebiscito. Já na questão das cotas para estudantes menos favorecidos e de origem afro-brasileira utilizamos, ironicamente, os resultados de pesquisa do Instituto Datafolha: Collucci, C. (26/07/2006). "65% apóiam cotas raciais na faculdade: Menos da metade dos entrevistados pelo Datafolha conhece a proposta e apenas 9% declararam estar bem informados. Pesquisa revela que a rejeição à reserva de vagas para os negros em universidades é maior entre os mais ricos e os mais escolarizados." Folha de São Paulo.

¹³ O primeiro deles ocorreu em 06/01/1963;

Ver http://www.cpdoc.fgv.br/nav_igoulart/hm/6Na_presidencia_republica/Parlamentarismo_sim_ou_nao.asp , consultado em 25/10/2009.

bem direta, como a distribuição de capitais na sociedade contemporânea influi nas suas agendas e, conseqüentemente, nos seus destinos. As elites colocam, **ou não colocam**, problemas que a incomodam. Quando colocam, o fazem de maneira a selecionar o enquadramento que a questão irá ser debatida. Alternativamente, são evitadas pesquisas nas quais o possível agregado estatístico das opiniões majoritárias possa diferir do consenso entre as elites. E, assim como os escândalos, as pesquisas se tornam instrumentos menos enviesados de conhecimento da realidade social quando não há consenso sobre o tema pesquisado entre os segmentos das elites que são suficientemente poderosos para produzir escândalos ou comandar e divulgar pesquisas. E quando o assunto ou a forma de tratá-lo é controverso, os efeitos das pesquisas podem ser análogos ao do escândalo transmutado em caso.

Sociologia pragmática e pragmática sociológica:

Entre o poder de fazer agenda e o agendamento das prioridades & formas de atingi-las

A lógica da escandalização e de suas conseqüências pode ser realçada da lembrança e análise cruzada de dois episódios que, creio eu, marcam o começo e (possivelmente) o final de uma era social e econômica na sociedade brasileira. Penso em primeiro lugar no papel fundamental, e que deveria ser objeto de mais pesquisa a análise, do “escândalo das mordomias”. Iniciado em 1976, ele fez inscrever na sociedade brasileira a idéia de que a solução para os problemas nacionais passa fundamentalmente pela adoção de soluções que preconizam “mais organização espontânea da sociedade e menos Estado”. O segundo episódio, transcorrido 30 anos depois, que identifiquei inicialmente com o debate em torno das eleições presidenciais de 2006, mas que se prolonga até a crise financeira de 2008, diz respeito à possível superação daquela heurística social por outra que recoloca o Estado na posição de “solução” para os problemas nacionais. Em ambos os casos, se criou uma sensibilidade alterada em relação ao período antecedente que teve a enorme conseqüência de alterar o senso comum econômico e político do país, criando enquadramentos para o exame social e científico de qualquer gênero de iniciativa ou de política.

No episódio das mordomias tivemos a série de reportagens (Kotcho 01/08/1976) e em seguida a própria inscrição do tema no vernáculo brasileiro¹⁴, que significou também um verdadeiro programa de regeneração social, econômica e organizacional. No princípio tínhamos a simples organização espontânea da sociedade civil que não deveria ser obstada. Mas muito rapidamente essa fórmula imprecisa perde para uma proposta mais clara que faz a equivalência [organização espontânea = mercado] e evoluímos para um pano de fundo baseado num rigorismo semelhante ao que está implícito na teoria econômica ortodoxa. Nesse evento vimos a soldagem de uma nova convenção cognitiva, quando setores diversos e díspares se identificaram com a crítica que questionava o “Leviatã estatal” que para a chamada esquerda “basista” impedia que a sociedade civil se organizasse e para o empresariado organizado nas federações impedia o livre funcionamento dos mercados. Nesse episódio, as “mordomias” passam a simbolizar a aversão da sociedade brasileira ao necessariamente ambíguo “estado de coisas” representado pela relação entre Estado e população que vigorava no ocaso da ditadura militar. A sociedade “inteira”, expressão marota que, como vimos, recobre primeiro os setores dotados de opinião e depois tenta levar no seu vácuo o restante da população, se insurge contra o Estado usurpador e se escandaliza, reforçando a abertura democrática num primeiro momento, mas obviamente apresentando diversos programas posteriores. Num primeiro momento, todos contra o Estado. É claro que num segundo momento o “mercado” ganhou mais espaço do que a

O segundo em 21/04/1993. Ver [http://wapedia.mobi/pt/Plebiscito sobre a forma e o sistema de governo do Brasil %281993%29](http://wapedia.mobi/pt/Plebiscito_sobre_a_forma_e_o_sistema_de_governo_do_Brasil_%281993%29), consultado em 21/04/2009

¹⁴ Nesse sentido, podemos comparar as acepções para o termo nas duas edições sucessivas do famoso dicionário Aurélio, a primeira delas antes do escândalo e a segunda depois Ferreira, A. B. d. H. (1975). Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.

, Ferreira, A. B. d. H. and M. d. Anjos (1986). Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro, RJ, Editora Nova Fronteira.

“sociedade civil”. Mas o enorme desenvolvimento das ONGs mesmo no período também deixa claro que a coalizão cultural de fundo permaneceu no essencial, ainda que com maiores ganhos para o vetor “mercado”(Grün 1999; Grün 2005). Tivemos assim um escândalo bem tipificado, no sentido da sociologia pragmática, que alterou os automatismos sociais e cognitivos, e tornou possíveis transformações importantes na gestão das mais diversas organizações empresariais e de outras naturezas, incluindo as estatais através dos diversos processos de “enxugamento” dos quais a “re-engenharia” foi o mais conhecido. Além disso, propiciou a entrada em cena de um novo perfil de agente político identificado com a causa da contenção dos abusos, do qual a imagem do candidato a presidência Fernando Collor de Mello, o “caçador de marajás” foi o exemplo mais acabado. Um dos seus produtos mais marcantes e de impacto na sociedade como um todo foi a criação do substrato cultural para a idéia de “Estado mínimo”, que vicejou sem oposição até recentemente.

Evidentemente o escândalo não saiu do nada. Antes, ele apenas galvanizou tendências que já estavam em gestação e mesmo em efervescência naquele momento. Transformações na morfologia social e no ambiente cultural nacional e internacional tornavam nosso Leviatã intragável. A enorme expansão do ensino superior que ocorreu através da reforma universitária promovida pelo regime militar afetou o tamanho e composição das coortes de diplomados que reivindicavam postos de comando na economia e sociedade(Bacha and Klein 1986). Para se alocar na estrutura social, esse contingente muito mais amplo do que a coorte precedente teria de alterar as formas de ingresso e de legitimação das posições. O contingente alargado não cabia no mundo das agências estatais, e isso num sentido duplo. Inicialmente em termos estritamente numéricos a expansão dos diplomados foi muito maior do que a capacidade do Estado de disponibilizar novas posições. Além disso, a inclusão das famílias não previamente ligadas ao Estado no imperativo da necessidade do título universitário deu legitimidade intelectual às formas de inserção que não só não passavam diretamente pelo Estado, mas que lhe eram antagônicas (Grün 1995). A alteração da convenção cognitiva fornece o enquadramento mais geral dessa sucessão geracional. Na sua generalidade, as “mordomias” se tornaram um inimigo comum, necessariamente ambíguo, mas um ponto de convergência específico, que possibilitou a coalizão de diversos grupos da nova geração e o necessário empuxo para romper o “business as usual” que prevaleceu até então.

O outro episódio, menos caracterizado (ainda) por um registro específico marcante, mas pela sequência de acusações, iniciada pela denúncia do Deputado Roberto Jefferson sobre o “mensalão”¹⁵, foi aquele que os partidários de Lula acusavam ser o da “desconstrução” do então Presidente da República e seus adversários como o do desmascaramento do caráter desonesto e dissimulado não só dele, mas também dos dirigentes do Partido dos Trabalhadores(Costa 25/7/2005; Camarotti 2005). Observamos a partir daí uma sequência de enfrentamentos culturais sobre as formas como a atividade econômica deve ser relacionada com o Estado que produziu uma alteração significativa do ambiente econômico, deixando para trás diversos pré-julgados do período anterior.

Em apêndice listamos um conjunto de notícias, facilmente recuperável na internet, que indicam a reconfiguração da cultura econômica. A sequência mostra um crescendo da plausibilidade de soluções estatais para os problemas econômicos do país e também, correlativamente, a atribuição de “falta de Estado” (ou de planejamento/coordenação sistemática) para os problemas econômicos que foram diagnosticados a partir do “apagão elétrico” (Grün 2005) do início do século atual.

¹⁵ O episódio foi deflagrado a partir da divulgação na televisão, em 14/05/2005, de uma gravação em vídeo na qual Maurício Marinho, então diretor dos Correios estaria recebendo uma propina de um advogado, que se fazia passar por empresário. Posteriormente, em 06/06/2005, o deputado acima, em entrevista à Folha de São Paulo, emprega pela primeira vez o neologismo que se consagrou.

Ver http://pt.wikipedia.org/wiki/Esc%C3%A2ndalo_do_mensal%C3%A3o

Podemos assim, num espaço de 30 anos, ver um mundo (no sentido de (Goodman 1978) se fazer e, em seguida, dar indícios consistentes de que está por se desfazer. Os escândalos foram os parteiros & coveiros que o trouxeram e, aparentemente, o estão levando embora. O primeiro deles em termos cronológicos nos atingiu de maneira certa e durável, alterando drasticamente a face da sociedade. Na chave que aqui desenvolvo, a sua principal característica é a convergência cognitiva e, em menor grau, também programática que ele desencadeia. De súbito, passamos a privilegiar a ação em detrimento da estrutura; a chamar de burocracia a antes estimada previsibilidade; a chamar de flexibilidade o que antes denominávamos aventura (Grün 1999).

A maior proximidade temporal com a segunda mudança e a amplitude de meios de pesquisa que a internet propicia nos permite examinar mais detalhadamente a sua micropolítica, que chama de volta o Estado para estruturar a economia (Grün 2008; Grün 2008). A contestação da ordem e do bom senso econômicos que prevaleceram nos últimos 30 anos começa de maneira claramente ilegítima. É durante a campanha eleitoral para a presidência da República em 2006 que podemos perceber os seus primeiros lances públicos. Num crescendo que começou com os escândalos de 2004-5, o governo Lula falava cada vez mais na necessidade de reaparelhar o Estado e de restabelecer a proeminência do planejamento estatal na atividade econômica. No âmbito das elites essas pretensões parecem comprovar mais uma vez o tirocínio escasso de Lula e seus auxiliares. Entretanto a repercussão inesperada de um ponto do primeiro debate entre Lula e Alckmin mostrou que as percepções das elites sobre “privatização” e “tamanho do estado” estavam distantes daquelas compartilhadas pela sociedade brasileira na sua generalidade. O candidato Alckmin fez uma crítica à compra de um avião de grande porte para a Presidência (o Aerolula) e a apreciação imediata dos comentaristas era de que ele tinha desferido um golpe praticamente decisivo na campanha de Lula, então em perda de velocidade (Online 08/10/2006 às 23:22; Online 09/10/2006 às 00:07). Mas as pesquisas qualitativas em torno desse ponto indicaram o contrário. O “Aerolula” era mais bem visto como um símbolo da importância do país e as críticas contra o “passadismo estatizante” de Lula se voltavam contra os seus críticos (Paulo 19/10/2006).

Os grandes jornais e a campanha do candidato Alckmin, quando colocados diante da evidência da preferência popular pelas prioridades do Presidente postulante à reeleição, se dizem atacados de maneira insidiosa pelos partidários de Lula, através de um mecanismo que chamaram de “central de boatos petista”, que espalharia inverdades sobre as intenções do possível futuro governo peessedebista (Globo 06/10/2006; Online 10/10/2006, acessado às 17h35; Veja 13/10/2006; EPAMINONDAS NETO 19/10/2006). Já os responsáveis pela campanha de Lula à reeleição diziam que as mensagens que circulavam sobre as intenções privatizantes e contrárias à política social de Lula eram o resultado das novas possibilidades de expressão propiciadas pela blogosfera e que eram espontâneas, o que significava ao mesmo tempo que não estavam se comprometendo com seu conteúdo e que eram consideradas a “voz do povo” (Grün 2008).

A nomeação da “central de boatos” indicava a tentativa de estabelecer uma continuidade entre o comportamento de Lula e dos seus apoiadores no “mensalão”, postulado como errado, com as formas de atuação e propagação das idéias de Lula e de impugnação do seu adversário do momento. Certa ou errada a caracterização pretendida pelos apoiadores de Alckmin no sentido de “aderir aos fatos”, nos importa mais a pragmática que se seguiu. Lula alarga seu campo de votantes e sai consagrado das urnas, saindo de 48,61% para 60,83%, enquanto Alckmin amarga uma votação em segundo turno (39,17%) menor do que no primeiro (41,64%). Em suma, há razões para concluirmos que é possível deflagrar escândalos, mas impossível controlar os seus efeitos.

O problema é que, como vimos, a “funcionalidade manifesta” dos escândalos não explica integralmente a sua deflagração e muito menos seus destinos. No evento que estamos abordando, ainda que a família política que fomentou e deflagrou o “mensalão” e seus corolários tenha sido derrotada nas eleições gerais, isso não significa que individualmente seus membros não tenham alterado suas posições nas diversas hierarquias e espaços pelos quais

trafegam, ou mesmo que o esforço escandalizador não tenha diminuído a extensão de sua derrocada.

O espaço especificamente político da família que deflagrou o “mensalão” se manteve como antes? Claro que não, como vimos a partir da sucessão geracional do PFL/DEM. As posições relativas na imprensa mainstream e na relação dela com as mídias alternativas se alteraram? Não temos material para analisar em profundidade, mas as derivações teóricas indicam a necessidade de investigar esse ponto. A polarização ideológica e o debate intenso que se travou no início da década de 2010 a propósito da liberdade de imprensa, seu significado e seu estatuto jurídico e profissional, bem como o seu lugar na hierarquia dos direitos e deveres denotam a profundidade dos problemas identitários que entrevimos a partir da adesão e usos dos escândalos¹⁶.

No espaço jurídico o mundo permaneceu o mesmo? Assistimos diversas rusgas – a maior dela envolvendo diretamente o Ministro e então Presidente do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes e o Juiz Fausto De Sanctis e tendo o “famigerado” Daniel Dantas como epicentro – mas, como no caso do espaço jornalístico, também não podemos avançar muito na análise específica¹⁷. De qualquer forma, encontramos diversos movimentos coletivos, tanto internos ao espaço como exteriores a ele, no sentido de apoiar cada uma das partes em conflito, o que também denota a extensão e profundidade dos contenciosos suscitados ou revelados pelos escândalos¹⁸.

¹⁶ O desenrolar da disputa fez agrupar dois pólos. O primeiro deles na interface entre o governo federal atingido pelos escândalos e os diversos grupos que contestam a predominância da mídia privada tradicional. O segundo agrupando justamente a mídia mainstream e seus apoiadores. Penso que é útil, numa primeira aproximação, condensar o estado do contencioso no final de 2009, ainda que com o risco de deixar escapar algumas de suas nuances, a partir da contraposição entre a “1ª Conferência Nacional de Comunicação” (<http://www.confecom.gov.br/>) convocada por setores do governo e apoiada por diversos setores que criticam a mídia tradicional; e o colóquio “1º Fórum Democracia & Liberdade de Expressão”, organizado pelo Instituto Millenium, fortemente apoiado pela associação dos proprietários de jornais (<http://portalimprensa.uol.com.br/portal/agenda/2010/02/18/imprensa33824.shtml>).

¹⁷ A construção de um verdadeiro “totem” moderno a partir da imagem pública do banqueiro Daniel Dantas, que foi sendo paulatinamente construída no decorrer dos diversos escândalos recentes é uma das facetas sociologicamente mais interessantes dessa trama Grün, R. (2008). “Escândalos, marolas e finanças: para uma sociologia da transformação do ambiente econômico.” *Dados* 51: 313-352.

¹⁸ Um bom resumo – em geral atualizado - do contencioso pode ser encontrado na consulta às rubricas “Fausto de Sanctis”: (http://pt.wikipedia.org/wiki/Fausto_De_Sanctis) e “Gilmar Mendes” (http://pt.wikipedia.org/wiki/Gilmar_Mendes) na Wikipédia brasileira.

Conclusão:

Reflexividade analítica e reflexividade social

Indicamos diversos mecanismos sociológicos que concorrem para a eclosão e desenvolvimento dos escândalos, bem como o parentesco dessa forma de expressão social com outras menos diretamente marcadas por polêmicas, como as pesquisas de opinião. Também chamamos a atenção para os mecanismos internos de vários campos da sociedade atual que os impelem a deflagrar ou apoiar a escandalização, como as sucessões geracionais e as necessidades identitárias. Políticos, jornalistas e juristas são protagonistas de primeira linha da nossa trama. Uma primeira tentação é de, uma vez “desnudados” os mecanismos que deflagram os escândalos, culpar os segmentos dos três espaços que os utilizam pela mesquinha de tentar fazer avançar suas carreiras usando esse instrumento que, ao alterar prioridades pactuadas pelos mecanismos deliberativos reconhecidos ou introduzir questões espúrias, tanto incomodam e atrapalham a reflexividade social.

Outra tentação é a de se tornar juiz das disputas, atribuindo maior ou menor razão às partes em conflito. Vivendo o sociólogo no mesmo mundo em que se trava o escândalo e pensando nas características intelectuais mais típicas que fazem alguém escolher a sociologia como especialização, esse pecado é particularmente tentador. Mas aonde chegaríamos se nos deixássemos cair em tentação? Alteraríamos as condutas dos atores ou o desfecho dos escândalos para uma situação mais próxima das nossas convicções? Aumentaríamos ou diminuiríamos o conceito da sociologia na sociedade e no seio das ciências?

O uso estendido do conceito de campo que propusemos, além de suas virtualidades analíticas intrínsecas, tenta produzir um efeito de suspensão fenomenológica que pretende conferir objetividade ao estudo que se quer científico dos escândalos. Curiosamente, nessa versão, propomos usar a sugestão fenomenológica para estudar o escândalo como “coisa em si”, tentando anular o efeito das paixões, atrações e repulsas. Talvez não consiga, mas indica uma preocupação e um caminho. O campo não é só um sistema de forças objetivo que obriga os agentes a se comportarem de uma forma determinada. Principalmente, ele age **antes** da ação dita “consciente”, conformando as percepções e vontades daqueles que se querem atores e que outros só conferem o estatuto de agentes. Ou não?

A sociologia pragmática recente, da qual muito recebemos para a análise dos escândalos, interdita o uso do conceito de dominação, por menosprezar a capacidade dos indivíduos – aqui resolutamente atores e não agentes – de formarem consciência clara das situações nas quais estão envolvidos (Boltanski 2009). Assim, nessa vertente os indivíduos “sabem o que fazem” quando deflagram ou combatem os efeitos dos escândalos. Aqui, se há dominação ou violência, elas são estritamente físicas, constrangendo diretamente os indivíduos. Mas como tratar os contenciosos que abordamos? Nosso tema são os conflitos sociais que engendram os escândalos. As configurações nas quais esses fenômenos se inserem são quase axiomáticamente dotadas de características multidimensionais. Nesse espaço, esperar reflexividade eficiente, no sentido de antecipar e controlar os efeitos da ação social a respeito delas é imaginar cérebros dotados de capacidades de processamento praticamente infinitas para darem conta das árvores de possibilidades e probabilidades associadas que se abrem a partir de cada par de ação e reação correspondente. É também imaginar consciências livres dos constrangimentos identitários que vimos surgir nos escândalos de todos os lados e dimensões. Podemos prever a recorrência do fenômeno escândalo, mas mesmo assim, acompanhamos recentemente a inversão total de expectativas quando da reeleição de Lula e a pauta econômica que ela engendrou. Se feitiço houve, virou contra os feiticeiros.

Por outro lado, se não há essa reflexividade totalizante, há certamente algum *sens du jeu*, ou “racionalidade limitada” que informa e explica a ação dos protagonistas. Afinal,

parafraseando Aristóteles, aparecer é existir. Na configuração atual do campo do poder, a existência social de diversos indivíduos e grupos passa pela produção de escândalos nos quais eles “se destacam” – passam a existir socialmente e/ou mudam suas posições nas hierarquias sociais. Seria então razoável imaginar e/ou por em prática uma engenharia social capaz de impedir a eclosão dos escândalos? Colocada assim diretamente, a questão só pode ser respondida na negativa. Nesse contexto, seria razoável imaginar a renúncia ao uso dos escândalos como arma política mais ou menos situada, nos moldes em que se quer internacionalmente impedir o uso de armas atômicas? Afinal, assim como os artefatos nucleares, sabemos que é fácil deflagrar o seu uso, mas também que suas conseqüências sistêmicas podem ser devastadoras. Podemos pensar num acordo tácito, equivalente ao das potências nucleares? Claro que não, já que estamos abordando um jogo estruturalmente diferente, do qual participam uma quantidade indefinida, e grande, de agentes, todos candidatos ao “protagonismo”. A essa altura, parece que estamos condenados a ver a repetição contínua dos escândalos e seus efeitos normalmente obliteradores nas mais agendas possíveis da sociedade.

Mas talvez caiba uma salvaguarda: sabemos que é praticamente impossível impedir a deflagração dos eventos. Já na sequência dos seus efeitos, uma boa vigilância social pode diminuir os impactos. A disseminação pela sociedade do conhecimento sobre os constrangimentos que regem a eclosão e desenvolvimento dos escândalos provavelmente diminuiria seu ímpeto e, num prazo mais longo, poderia enfraquecer essa forma de ação social e política que surge com a modernidade, mas não revela a sua melhor faceta.

Apêndice

Sequência de notícias indicando a alteração dos panoramas cultural, econômico e político brasileiros a partir da crise do “mensalão”, iniciada em 2005

Scholz, R. A. a. C. (21/9/2006). Escândalos vão minando república sindical. <u>O Estado de São Paulo</u>
Online, O. G. (08/10/2006 às 23:22). "Debate: Aerolula e 'lógica da ética' dominam quarto bloco." <u>O Globo Online</u> .
Paulo, F. d. S. (19/10/2006). PT impôs agenda a Alckmin, dizem cientistas políticos. <u>Folha de São Paulo</u> .
Lamucci, S. (24/10/2006). "Agenda liberal afugenta presidenciais." <u>Valor Econômico</u> .
Sardenberg, C. A. (01/11/2006). O PSDB acabou. <u>O Globo</u> . Rio de Janeiro.
Chico de Gois, C. J. e. L. D. (06/01/2007). Lula sanciona lei do saneamento e abre caminho para investimentos: ao aprovar o marco regulatório do setor, Presidente faz críticas à privatização <u>O Globo</u> . Rio de Janeiro.
Rocha, J. (14/05/2007). Para Santana, crise tirou governo da letargia e foi crucial à reeleição. <u>Valor Econômico</u> .
Marchi, C. (11/11/2007). Maioria é contra privatizações, aponta pesquisa: Levantamento 'Estado' / Ipsos indica que 62% do eleitorado é contra e apenas 25% é a favor. <u>O Estado de São Paulo</u> .
Galhardo, R. (04/10/2008). "Lula: crise é tsunami nos EUA e, se chegar ao Brasil, será 'marolinha'." <u>O Globo</u> .
ALENCAR, K. (01/03/2009). "Bancos fazem lobby com Lula contra demonização." <u>Folha Online</u> .
Ribeiro, B. (02/03/2009). "Lula diz que bancos estatais dão segurança ao país em tempos de crise." <u>Valor Econômico</u> .
Camba, D. (09/04/2009). "Ingerência política volta a assustar." <u>Valor Econômico</u> .
Lins, L. (13/04/2009). "Lula: máquina pública sabe fiscalizar, mas não executar: Para presidente, país desaprendeu a fazer obras." <u>O Globo</u> .
Safatle, C. (03/07/2009). "Para os bancos, os tempos estão mudando." <u>Valor Econômico</u> .

Bibliografia

Adut, A. (2008). On scandal : moral disturbances in society, politics, and art. Cambridge; New York, Cambridge University Press.

- Bacha, E. L. and H. S. Klein (1986). A Transição incompleta : Brasil desde 1945. Rio de Janeiro-RJ, Paz e Terra.
- Barbosa, R. (1994). O Processo do Capitão Dreyfus, Giordano.
- Birnbaum (1979). Le peuple et le Gros: Histoire d' um Mythe. Paris.
- Blum, L. (1993). Souvenirs sur l'affaire. [Paris], Gallimard.
- Bohn, C. (2006). Une société mondiale: Les concepts de société opératoires dans les théories sociales de Bourdieu et de Luhmann. Pierre Bourdieu, théorie et pratique: perspectives franco-allemandes. H.-P. S. Müller, Y. Paris, La Découverte: 101-125.
- Boltanski, L. (2007). Affaires, scandales et grandes causes : de Socrate à Pinochet. Paris, Stock.
- Boltanski, L. (2009). De la critique : précis de sociologie de l'émancipation. Paris, Gallimard.
- Bourdieu, P. (1973). "L'opinion publique n'existe pas." Temps modernes 29(318 - janvier): 1292-1309.
- Bourdieu, P. (1979). La distinction : critique sociale du jugement. Paris, Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1980). "Le mort saisit le vif." Actes de la recherche en sciences sociales(32-33): 3-14.
- Bourdieu, P. (1981). "La représentation politique. Eléments pour une théorie du champ politique." Actes de la recherche en sciences sociales 36-37: 3-24.
- Bourdieu, P. (1984). Homo academicus. Paris, Editions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1989). La noblesse d'Etat : grandes écoles et esprit de corps. Paris, Minuit.
- Bourdieu, P. (1992). " La jeunesse n'est qu'un mot " Questions de sociologie. Paris, Éditions de Minuit: 143-154.
- Bourdieu, P. (1992). Les règles de l'art : genèse et structure du champ littéraire. Paris, Editions du Seuil.
- Bouveresse, J. (2001). Schmock ou le triomphe du journalisme : la grande bataille de Karl Kraus. Paris, Seuil.
- Brown, D. (2004). O código Da Vinci. Rio de Janeiro, Sextante.
- Bueno, W. d. C. (24/09/2007 12:18) A imprensa entre o "furo" e a "barriga". Portal imprensa <http://portalimprensa.uol.com.br/>

Cabral, O. (18/02/2009). "Entrevista: Jarbas Vasconcelos O PMDB é corrupto Senador peemedebista diz que a maioria dos integrantes do seu partido só pensa em corrupção e que a eleição de José Sarney à presidência do Congresso é um retrocesso." Veja(2100).

Camarotti, G. a. d. I. P., Bernardo (2005). Memorial do escândalo: os bastidores da crise e da corrupção no governo Lula, Geração Editorial.

CANZIAN, F. (12/09/2008). Pela 1ª vez, Lula é aprovado por todos segmentos sociais: Avaliação positiva do presidente passa de 50% até entre os mais ricos e escolarizados; Pesquisa Datafolha mostra que 64% dos brasileiros consideram o governo ótimo ou bom, recorde depois da redemocratização Folha de São Paulo.

Chaia, V. and M. A. Teixeira (2001). "Democracia e escândalos políticos." São Paulo em Perspectiva **15**: 62-75.

Champagne, P. (1984). "La manifestation. La production de l'événement politique." Actes de la recherche en sciences sociales(52-53): 18-41.

Champagne, P. (1990). Faire l'opinion : le nouveau jeu politique. Paris, Editions de Minuit,.

Champagne, P. and O. Christin (2004). Mouvements d'une pensée Pierre Bourdieu. Paris, Bordas.

Charle, C. (2004). Le siècle de la presse 1830-1939. Paris, Ed. du Seuil.

Chartier, R. (2000). Les origines culturelles de la Révolution française. Paris, Seuil.

Collucci, C. (26/07/2006). "65% apóiam cotas raciais na faculdade: Menos da metade dos entrevistados pelo Datafolha conhece a proposta e apenas 9% declararam estar bem informados. Pesquisa revela que a rejeição à reserva de vagas para os negros em universidades é maior entre os mais ricos e os mais escolarizados." Folha de São Paulo.

Costa, L. M. (25/7/2005). A inexorável desconstrução de Lula. Observatório de Imprensa.

Cowing, C. B. (1965). Populists, plungers, and progressives; a social history of stock and commodity speculation, 1890-1936. Princeton, N.J., Princeton University Press.

De Blic, D. (2003). Le scandale financier. Naissance et declin d'une forme politique. Paris, ESSEC.

De Blic, D. e. L., C. (2005). "Le scandale comme épreuve: éléments de sociologie pragmatique." Politix **18**(31): 9-38.

Dobry, M. (1986). Sociologie des crises politiques la dynamique des mobilisations multisectorielles. Paris, Presses de la Fondation nationale des sciences politiques.

Douglas, M. (1986). How institutions think. Syracuse, N.Y., Syracuse University Press.

Douglas, M. N., Steven (1998). Missing persons: a critique of the social sciences. Berkeley, New York, University of California Press; Russell Sage Foundation.

Douglas, M. T. (1986). How institutions think. Syracuse, N.Y., Syracuse University Press.

Duby, G. (1997). Les "jeunes" dans la société aristocratique dans la France du Nord-Ouest au XII siècle. Feodalité. G. Duby. Paris, Gallimard: 1383-1398.

Editor (12/11/2009). "Brazil takes off: Now the risk for Latin America's big success story is hubris." The Economist.

EPAMINONDAS NETO, F. N. (19/10/2006). Para Alckmin, "terrorismo" do PT sobre privatizações não afetará eleição. Folha de São Paulo.

Ferreira, A. B. d. H. (1975). Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.

Ferreira, A. B. d. H. and M. d. Anjos (1986). Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro, RJ, Editora Nova Fronteira.

Fleck, L. (1979, orig. 1935). Genesis and development of a scientific fact, edited by Thaddeus J. Trenn and Robert K. Merton ; foreword by Thomas S. Kuhn. Chicago, University of Chicago Press.

Foucault, M., D. Defert, et al. (2001). Dits et écrits, 1954-1988. Paris, Gallimard,.

Gans, H. J. (2004). Deciding what's news : a study of CBS evening news, NBC nightly news, Newsweek, and Time / Herbert J. Gans. Evanston, Ill., Northwestern University Press.

Garrigou, A. (1992). Le Président à l' épreuve de le scandale. Désestabilisation apparente et consolidation fonctionnelle. Le Président de la République. B. e. L. Lacroix, J. Paris, Presse de la F.N.S.P.

Garrigou, A. (1993). Le scandale politique comme mobilisation. Action collective et mouvements sociaux. F. Chazel. Paris, Presses universitaires de France: 267.

Gaxie, D. (1978). Le sens caché inégalités culturelles et ségrégation politique. Paris, Editions du Seuil.

Gaxie, D. (mars 1990). "Au-delà des apparences ... sur quelques problèmes de mesure des opinions." Actes de la recherche en sciences sociales **81/82**: 97-112.

Gilman, S. L. and S. T. Katz (1991). Anti-semitism in times of crisis. New York, New York University.

Ginzburg, C. (1983). "Des ténèbres médiévales au black-out de New York (aller-retour) in Le Moyen Age maintenant.
." Europe **61**(654): 5-14.

Ginzburg, C. (1992). Just one witness. Probing the limits of representation : Nazism and the "final solution". S. Friedländer. Cambridge, Mass., Harvard University Press: 82-96.

Girardet, R. (1986). Mythes et mythologies politiques. Paris, Ed. du Seuil.

Globo, O. (06/10/2006). Tucano denuncia central de boatos do PT: Alckmin diz que petistas, e até ministros, estariam espalhando rumores para desestabilizá-lo. O Globo.

Gluckman, M. (1963). "Gossip and scandal." Current anthropology **4**: 307-316.

Goodman, N. (1978). Ways of worldmaking. Indianapolis,, Hackett Pub. Co.

Grün, R. (1995). A revolução dos gerentes brasileiros. São Carlos, SP, Editora da UFSCar, Unicamp.: 138 p.

Grün, R. (1999). "Modelos de empresa, modelos de mundo: sobre algumas características culturais da nova ordem econômica e da resistência a ela." Revista Brasileira de Ciências Sociais **14**: 121-140.

Grün, R. (2003). "Atores e ações na construção da governança corporativa brasileira." Revista Brasileira de Ciências Sociais **18**: 139-161.

Grün, R. (2005). "Apagão cognitivo: para uma sociologia da crise energética." Dados - Revista de Ciências Sociais **48**(4): 891-928.

Grün, R. (2007). "Decifra-me ou te devoro! As finanças e a sociedade brasileira." Mana **13**: 381-410.

Grün, R. (2008). "Escândalos, marolas e finanças: para uma sociologia da transformação do ambiente econômico." Dados **51**: 313-352.

Grün, R. (2008). "Guerra cultural e transformações sociais: as eleições presidenciais de 2006 e a "blogosfera"." Sociedade e Estado **23**: 621-666.

Grün, R. (2009). "Financeirização de esquerda? Frutos inesperados no Brasil do século XXI." Tempo Social **21**: 153-184.

GUERREIRO, G. (26/03/2007 - 13h40). PFL muda de nome e elege Rodrigo Maia como novo presidente do partido. Folha Online. Brasília.

Gusfield, J. R. (1986). Symbolic crusade : status politics and the American temperance movement. Urbana, University of Illinois Press.

Handler, J. F. and Y. Hasenfeld (1991). The moral construction of poverty : welfare reform in America. Newbury Park, Sage Publications.

Herbst, S. (1993). Numbered voices : how opinion polling has shaped American politics. Chicago, University of Chicago Press.

- Hunter, J. D. (1991). Culture wars : the struggle to define America. [New York], BasicBooks.
- Kotcho, R. (01/08/1976). Assim Vivem os Nossos Superfuncionários. Estado de São Paulo. São Paulo.
- Kuhn, T. S. (1962). The structure of scientific revolutions. [Chicago], University of Chicago Press.
- Laborie, P. (1990). L'opinion française sous Vichy. Paris, Seuil.
- Lakoff, G. (1996). Moral politics : what conservatives know that liberals don't. Chicago, The University of Chicago Press.
- MacKenzie, D. A. (2006). An engine, not a camera : how financial models shape markets. Cambridge, Mass., MIT Press.
- Marrus, M. R., P. Vidal-Naquet, et al. (1972). Les Juifs de France à l'époque de l'affaire Dreyfus : l'assimilation à l'épreuve. Paris, Calmann-Lévy,.
- MATAIS, A. (08/02/2007 - 11h58). PFL aprova mudança de nome para PD em busca de mais poder. Folha Online. Brasília.
- Medina, J. (1992). "O Zé Povinho, caricatura do «Homo Lusitanus»". Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo. J. Medina. Lisboa, INIC.
- Molica, F. E. (2005). 10 reportagens que abalaram a ditadura. Rio de Janeiro, Record.
- Muel-Dreyfus, F. (1996). Vichy et l'éternel féminin : contribution à une sociologie politique de l'ordre des corps. Paris, Editions du Seuil.
- Neckel, S. (2005). "Political Scandals An Analytical Framework." Comparative Sociology 4(1/2): 101-111.
- Nery, A. L. (24/10/2006 - 10h03m). "ACRE TERÁ A BANCADA MAIS NOVA E PIAUÍ, A MAIS VELHA:A média de idade dos 513 eleitos para a Câmara é de 51,07 anos."
- Neveu, E. (2001). Sociologie du journalisme. Paris, Editions La Découverte,.
- Noiriel, G. (2009). Immigration, antisémitisme et racisme en France (XIXe-XXe siècle) discours publics, humiliations privées. Paris, Hachette litt*eratures.
- Online, F. (10/10/2006, acessado às 17h35). "Coordenador de Alckmin acusa Lula de espalhar boatos; Lula alerta para privatizações." Folha de São Paulo.
- Online, O. G. (08/10/2006 às 23:22). "Debate: Aerolula e 'lógica da ética' dominam quarto bloco." O Globo Online.

Online, O. G. (09/10/2006 às 00:07). Ética e escândalos de corrupção marcam primeiro debate entre Lula e Alckmin O Globo. Rio de Janeiro.

Paulo, F. d. S. (19/10/2006). PT impôs agenda a Alckmin, dizem cientistas políticos. Folha de São Paulo.

Pauwels, L. (1975 (11a. edição)). O despertar dos mágicos, introdução ao realismo fantástico. 11.ed. . São Paulo, Difel.

Pinto, L. (2002). Pierre Bourdieu et la théorie du monde social. Paris, Editions du Seuil,.

Reinhart, C. M. and K. S. Rogoff (2009). This time is different : eight centuries of financial folly. Princeton, Princeton University Press.

Rosanvallon, P. (2006). La contre-démocratie : la politique à l'âge de la défiance. Paris, Seuil.

Rosanvallon, P. (2010). La légitimité démocratique: Impartialité, réflexivité, proximité. [Paris], Ed. du Seuil.

FR BNF AFNOR intermrc

Sapiro, G. (2004). "The structure of the French literary field during the German Occupation (1940-1944): a multiple correspondence analysis." Poetics **30**(5-6): 387-402.

Schorske, C. E. (1981). Fin-de-siècle Vienna : politics and culture. New York, Vintage Books.

Schudson, M. (1984). Advertising, the uneasy persuasion : its dubious impact on American society. New York, Basic Books.

Sobel, T. M. M. E. (2001). "Culture Wars and Opinion Polarization: The Case of Abortion." The American Journal of Sociology **106**(4): 913-943.

Sternhell, Z. (1984). La droite révolutionnaire, 1885-1914 : les origines françaises du fascisme. Paris, Seuil.

Sternhell, Z. (2006). Les anti-lumières : Du XVIIIe siècle à la guerre froide. Paris, Fayard.

Taguieff, P.-A. (2005). La foire aux illuminés : ésotérisme, théorie du complot, extrémisme. Paris, Mille et une nuits.

Thompson, J. B. (2000). Political scandal : power and visibility in the media age. Cambridge, Malden, MA, Polity Press ;Blackwell.

Tuchman, G. (1978). Making news : a study in the construction of reality. New York, Free Press.

Ulhôa, R. (29/03/2007). PFL MUDA DE NOME E COLOCA RODRIGO MAIA NO COMANDO. Valor Econômico.

Veja (13/10/2006). O terrorismo do PT. Veja.

Weber, E. J. (1999). Apocalypses : prophecies, cults, and millennial beliefs through the ages. Cambridge, Mass., Harvard University Press.

ZELNY, J. (09/11/2008). "Obama Weighs Quick Undoing of Bush Policy." The New York Times.